

1
2 **REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05 DE JUNHO DE 2.018.**

3 **ATA Nº 05/2.018** - Aos cinco dias, do mês de junho, do ano de
4 dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos, na sala de
5 reuniões do Tribunal de Contas da União - TCU, sito na Av.
6 Dom Antônio Brandão – Farol, nesta cidade, compareceram ao
7 nosso encontro os seguintes membros: Gustavo Henrique
8 Albuquerque Santos(MPC/AL), Linaldo Freitas de
9 Lima(TCE/AL), Fernando Teles de Farias (Arquidiocese de
10 Maceió), Fábio Soares Gomes (IFAL), Pedro Guido da Silva
11 (ISV), José Carlos Castro(MPE/AL), João Walraven
12 Júnior(TCU/AL), Moacir Rodrigues de
13 Oliveira(CGU/AL), Rômulo Ferreira(TCU/AL), Luiz Roberto
14 Farias(APROMAL), e Sras. Rosa Maria Barros Tenório
15 (MPC/AL), Maria de Fátima Accioly Canuto Wanderley
16 (CEDDH), Valéria Bezerra (RFB) e Edilma de Albuquerque Lins
17 Barbosa (SINMED). **Item 1 da Pauta: Aprovação da Ata da**

18 **reunião anterior** - Esta foi aprovada por unanimidade, sem
19 ressalvas, após o conhecimento de seu respectivo texto por todos
20 os presentes. **Item 2 da Pauta: Debate sobre a saúde em**
21 **Alagoas com a participação do Secretário Executivo de Ações**
22 **de Saúde, Dr. Paulo Teixeira** – O Sr. Coordenador procedeu a
23 apresentação do representante da SESAU, a quem passou a
24 palavra, destacando ser a saúde um direito fundamental da
25 população. O Dr. Paulo Teixeira iniciou sua exposição,
26 parabenizando a iniciativa do FOCCO e definindo o conceito de
27 saúde a partir de uma visão macro, afirmando tratar-se esta, não
28 apenas a ausência de doença, mas tendo que considerar, também,
29 o bem estar físico, mental e social da população. O dinheiro não é
30 do governo, mas do público, da comunidade, disse ele. Destacou,
31 ainda, o problema do déficit de leitos na saúde pública, lembrando
32 que, historicamente, o Estado se atrasou na construção da rede de
33 saúde pública, correndo, hoje, contra o tempo para reduzir
34 referida carência e que, no momento, conta com duas Unidades de
35 Pronto Atendimento – UPA, já em funcionamento e mais duas a
36 serem inauguradas, brevemente. Registrou, também, que o 1º

37 Hospital da Mulher de Alagoas, está em fase final de construção
38 nesta cidade, com entrega prevista à população, até o final deste
39 semestre. Informou, do mesmo modo, que através de convênio
40 com a Maternidade Nossa Senhora de Fátima, primeira casa de
41 saúde de Arapiraca, é intenção do Governo de ampliar o acesso ao
42 atendimento materno-infantil e o acompanhamento pré-natal
43 naquele município, oferecendo, ainda, serviços de obstetrícia e
44 pediatria, entre outras especialidades. Continuando, disse que
45 afora os já citados, o Governo vem realizando investimentos para
46 manter a expansão da rede pública de saúde em todo o Estado e
47 que serão entregues novos empreendimentos nas regiões Norte,
48 Alto Sertão e Zona da Mata. Avançando, confirmou a contratação
49 de mais 127 leitos de retaguarda em hospitais da capital e interior
50 do Estado, totalizando cerca de 301 vagas de apoio para a Rede
51 Pública de Saúde, aumentando, por conseguinte, segundo ele, a
52 capacidade resolutive do Hospital Geral do Estado – HGE, aqui
53 na capital. Dando sequência, registrou o lançamento do Programa
54 Mais Saúde Especialidades, que tem como proposta melhorar a
55 qualidade dos serviços oferecidos aos usuários do Sistema Único
56 de Saúde – SUS, em Alagoas, objeto de publicação da Portaria nº
57 4.241, com o propósito de reduzir as demandas reprimidas e
58 avaliar a assistência disponibilizada. A título de problemas ora
59 existentes, citou a carência de auditores na saúde pública; a
60 ausência da atenção básica no segmento materno-infantil,
61 ampliando os problemas do HGE; e a necessidade de uma
62 fiscalização mais efetiva dos órgãos de controle. Em seguida,
63 passou a palavra ao Sr. Joelson Lisboa, apoiador técnico do
64 Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Alagoas –
65 COSEMS, que destacou, a princípio, ser o órgão por ele
66 representado contra qualquer forma de corrupção. Parabenizou a
67 SESAU pelas iniciativas em andamento. Registrou, ainda, que o
68 Conselho com o apoio da Secretaria de Estado da Saúde vem
69 atuando de modo efetivo no recadastramento dos pacientes com
70 glaucoma, justificando que o último levantamento revelava a
71 existência de 45 mil portadores, e os números caíram para 30.216,
72 apenas nesta primeira etapa, afirmando, também, que os pacientes

73 portadores da doença no interior do Estado, encontram-se em fase
74 de reavaliação. Concluiu, ele, declarando que a instituição vem
75 solicitando dos municípios, que passem a reivindicar do Estado a
76 melhoria do atendimento aos usuários do SUS, e mais
77 investimentos para o conjunto de ações voltadas ao primeiro nível
78 de atenção dos sistemas de saúde, a despeito do
79 contingenciamento do orçamento da SESA; reforçando, ele, que
80 o Prosaúde deve ser uma bandeira de luta não apenas do
81 COSEMS, mas do Estado, uma vez que a Atenção Básica
82 qualificada e bem estruturada evita gastos desnecessários com a
83 Média e Alta Complexidade; causa esta, destacada, igualmente,
84 pelo Sr. Fernando Teles. Em seguida, o Sr. Coordenador passou a
85 palavra a representante do Sindicato dos Médicos neste Fórum, a
86 Dra. Edilma de Albuquerque, que, de início, evidenciou que sua
87 Corporação continua em busca de soluções que garantam
88 melhorias nas condições de trabalho das equipes, que atuam na
89 área de emergência do Hospital Geral do Estado – HGE, que têm
90 que enfrentar inúmeros problemas, a exemplo da defasagem
91 salarial de seus profissionais; a escassez de insumos e
92 medicamentos e que, na verdade, a necessidade é de 2000 leitos
93 de retaguarda, na saúde, e não de 217, um número bastante
94 irrisório, como afirmara o Dr. Paulo Teixeira. Continuando, a
95 Dra. Edilma declarou-se contra o processo de terceirização da
96 saúde, alegando que esses serviços cujo gerenciamento foi
97 terceirizado, a exemplo das OSs, OCIPs e EBSERH, ao contrário
98 do que diz a propaganda enganosa governamental não funcionam
99 a contento, registrando ela que mesmo assim, a proposta dos
100 gestores é ampliar essa terceirização, contrariando o processo
101 natural de sua qualificação. Evidente, que entregá-la a discutíveis
102 aventureiros, abrindo mão da transparência, não é a solução para
103 o problema da saúde. Citou, ainda, o alto índice de mortalidade
104 infantil, e que praticamente inexistente o pré-natal no Estado.
105 Concluiu, declarando a imperiosa necessidade de o Governo ter
106 um olhar diferenciado para a saúde. Sequenciando, foram feitas
107 algumas perguntas ao Dr. Paulo Teixeira, sobre as operações
108 havidas da Polícia Federal e CGU que constataram

109 irregularidades nas aquisições de medicamentos e insumos; o
110 atraso no pagamento aos fornecedores, e a sujeição do pagamento
111 do débito do Estado com a Pestalozzi, a adesão da vereadora
112 Tereza Nelma ao Governo. Procurando justificar o Dr. Paulo
113 Teixeira afirmou, com relação as operações acontecidas, que já
114 foram tomadas as devidas providências; referindo-se ao atraso no
115 pagamento aos fornecedores, disse que o Estado já pagou,
116 mediante exame de cada caso, cerca de 50% (cinquenta por cento)
117 dos processos existentes e a respeito do problema envolvendo a
118 Pestalozzi, não iria se pronunciar, por desconhecimento da
119 ocorrência. Dando sequência ao tema, o Sr. Pedro Guido citou o
120 problema de nossa estrutura política, a partir da falta de
121 planejamento; já a Sra. Valéria Bezerra, acompanhada pela Sra.
122 Rosa Tenório, perguntou ao Dr. Paulo Teixeira se o Estado terá
123 condições de avançar com os projetos dos hospitais, que estão
124 para ser inaugurados, ao que ele respondeu, afirmando que não
125 haverá dificuldades, uma vez que já procedera o indispensável
126 estudo de viabilidade, juntamente com as OCIPS. Concluindo a
127 presente pauta, o Sr. Coordenador, ao tempo em que agradeceu a
128 disponibilidade e presença do representante da SESAU a nossa
129 reunião, questionou sobre o nível de comprometimento dos
130 empreiteiros, responsáveis pelas obras e problemas havidos no
131 HGE e Sta. Mônica, ficando o Dr. Paulo Teixeira de apurar e
132 informar-nos posteriormente. **Item 3: Deliberação sobre**
133 **competência do TCE/AL de elaborar pareceres prévios e de**
134 **julgar contas** – Problema levantado a partir de solicitação do
135 MPE/AL, através de pedido formulado pela Comissão de
136 Capacitação do FOCCO, ao constatar, quando de nossa visita à
137 Câmara Municipal desta cidade, que os Srs. Vereadores não
138 julgam as contas da prefeitura de Maceió há 30 anos, mais
139 precisamente, desde que o prefeito Djalma Falcão comandava o
140 destino do Executivo Municipal, contrariando, assim, preceitos
141 constitucionais, que por força da Lei da Ficha Limpa poderia
142 incidir em inelegibilidade, daqueles que tivessem suas contas
143 relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas,
144 por irregularidade insanável produzida por ato doloso ou

145 improbidade administrativa. Sobre a questão, o Sr. Pedro Guido
146 sugeriu que o TCE/AL, através do MPC e o MPE passem a exigir
147 o cumprimento da respectiva regra que disciplina a questão. O Sr.
148 Coordenador ficou de realizar um levantamento da matéria junto
149 ao TCE/AL, para discutirmos em nosso próximo encontro. **Item**
150 **4: Deliberação sobre o convite formulado pelo Presidente do**
151 **DETRAN/AL, Dr. Antônio Carlos Gouveia para sediar a**
152 **próxima reunião do FOCCO** - Registrado pelo Sr.
153 Coordenador e aceito, por unanimidade, por todos os presentes à
154 reunião, ficou definido, assim, que nosso encontro subsequente,
155 acontecerá a partir das 9 horas do próximo 10 de julho, 2ª terça-
156 feira do mês, na sede do DETRAN/AL, sito na Av. Menino
157 Marcelo, 99 – Cidade Universitária, quando teremos a
158 oportunidade de aprofundarmos nossa discussão sobre a realidade
159 do transporte escolar neste Estado. **Item 5: Considerações Finais**
160 – Foi lembrado sobre a necessidade de divulgação das Atas de
161 nossas reuniões, no site do FOCCO. Não havendo mais nada a ser
162 discutido, foi encerrada a reunião às 12 horas, com o Sr.
163 Coordenador agradecendo aos representantes do Tribunal de
164 Contas da União, a cessão do espaço e a maneira gentil com que
165 fomos recepcionados. Assinam a Ata os Srs. Gustavo Henrique
166 Albuquerque Santos – Coordenador e Fernando Teles de Farias –
167 Secretário, juntamente com os demais membros presentes.

168

169

Gustavo Henrique Albuquerque Santos
Coordenador

171

172

Fernando Teles de Farias
Secretário

173

174

175

Linaldo Freitas de Lima
TCE/AL

176

177

178

179

Fábio Soares Gomes
IFAL

180

181

182

Pedro Guido da Silva

183

ISV

184

185

José Carlos Castro

186

MPE/AL

187

188

João Walraven Júnior

189

TCU/AL

190

191

Moacir Rodrigues de Oliveira

192

CGU/AL

193

194

Rômulo Ferreira

195

TCU/AL

196

197

Luiz Roberto Farias

198

APROMAL

199

200

Rosa Maria Barros Tenório

201

MPC/AL

202

203

Maria de Fátima Accioly Canuto Wanderley

204

CEDDH

205

206

Valéria Bezerra

207

RFB

208

209

Edilma de Albuquerque Lins Barbosa

210

SINMED

211